



Senado aprova perda imediata de mandato de condenado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Artistas acompanham votação da PEC da Música ao lado de Jarbas Vasconcelos (D), autor do projeto sobre perda de mandato

Proposta teve apoio maciço dos senadores presentes e foi saudada como medida de moralização do Congresso e fortalecimento da democracia

Proposta de Emenda à Constituição de autoria de Jarbas Vasconcelos e relatada por Eduardo Braga foi aprovada em primeiro e segundo turnos ontem.

Pela proposta, o parlamentar condenado, em sentença definitiva,

por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública perderá imediatamente o mandato. Determinação também vale para deputados estaduais. Renan Calheiros fez apelo para que a Câmara aprove a PEC o mais rápido possível. **3**

PEC da Música passa em primeiro turno no Plenário **5**

Produtores de cana do Nordeste terão auxílio financeiro **2**

Financiamento estudantil receberá crédito de R\$ 2,93 bi **2**

Validação de diplomas é lenta no Mercosul, dizem debatedores **8**

Senadores cobram clareza sobre preços de passagem aérea **8**

Petrobras diz ser inviável processar gás natural no Centro-Oeste **7**

Ex-atletas pedem regras para comando de entidades

Uma comissão de ex-atletas visitou o Senado para pedir a aprovação da Medida Provisória 620/2013, já aprovada na Câmara. A MP proíbe seguidas

releições de presidentes de entidades esportivas. Também exige normas de transparência e gestão para que as entidades recebam recursos públicos.

Do grupo que visitou os senadores fizeram parte os ex-atletas Hortência, Raí, Mauro Silva, Giovane, Ana Moser e Carmem de Oliveira. **5**



Jonas Pereira/Agência Senado

Presidente do Senado, Renan Calheiros (C), e senadores recebem o grupo de ex-atletas que também visitou o Plenário para pedir rapidez na aprovação de MP

Ann Volpe/Senado Notícias Públicas



Rodrigo Rollemberg participa da abertura: exposição fica até 20 de setembro

Exposição fotográfica marca o Dia do Cerrado **5**

Foi aberta ontem, na Biblioteca do Senado, a mostra *Cerrado Vivo*, uma parceria da Comissão de Meio Ambiente com a Embrapa Cerrados. **5**

Garantia de segurança a agricultor pode ir direto à Câmara **4**

Novas regras para criação de municípios vão a votação final **6**

Plenário aprova auxílio a produtores de cana e etanol

Medida provisória que segue para sanção recebeu críticas pela diversidade de temas. Trata também, por exemplo, da hereditariedade na exploração do serviço de táxi e de posse de arma para agente penitenciário

APÓS DUAS HORAS de discussão, o Plenário aprovou ontem o pagamento, a produtores de cana e etanol do Nordeste na safra 2011-2012, do auxílio de R\$ 12 por tonelada de cana, até o limite de 10 mil toneladas, além do financiamento para renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros. A medida segue para sanção.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2013, oriundo da Medida Provisória (MP) 615/2013, também autoriza a transferência hereditária da concessão para exploração do serviço de táxi e a permissão para que agentes penitenciários portem armas fora do serviço, entre várias medidas.

A diversidade de temas

gerou críticas de senadores. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a proposta representa a “miséria política a que foi reduzido o Poder Legislativo”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) advertiu que muitos dispositivos não tinham relação com o tema principal. Lúcia Vânia (PSDB-GO) saudou decisão em favor dos taxistas e das mulheres vítimas de violência. Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM) apelou para que a Câmara vote o novo rito de exame de MPs. Pedro Taques (PDT-MT) disse que os senadores não podem recorrer a uma “ética consequencial, em que os fins justificam os meios”.

A pedido de lideranças, Francisco Dornelles (PP-RJ)

retirou destaque que reabria prazo para inclusão dos times de futebol no programa Timemania. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o tema poderá ser incluído em outra MP.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu emenda derrubada na Câmara que incluía na MP o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, atingidos por estiagens. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o assunto poderá ser incluído na MP 618/2013, que autoriza emissão de títulos públicos para aumentar em até R\$ 15 bilhões o capital social da Valec, responsável pela construção de ferrovias.

Entre diversos temas, a MP autoriza o Banco Central a disciplinar operações de cartão de crédito, regulamenta o sistema de pagamentos por celulares e tablets, estabelece que documentos digitalizados terão o mesmo valor legal que o original nas transações financeiras e autoriza a União a emitir títulos da dívida pública no valor máximo dos créditos da Eletrobras contra a Itaipu Binacional.



Romero Jucá conversa com Gim na sessão que confirmou a medida provisória

Crédito de R\$ 2,93 bilhões ao Fies vai a promulgação

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 616/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,93 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 28, a proposta vai agora a promulgação.

A aprovação pelos senadores repetiu a decisão dos deputados federais, que rejeitaram

emenda aprovada pela Comissão de Orçamento (CMO), que incluía uma parcela de R\$ 1,5 bilhão para atender os municípios. A emenda fora acatada pelo relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em votação na CMO.

A nova parcela atendia promessa feita pela presidente Dilma Rousseff a prefeitos de

tudo o Brasil, durante a Marcha dos Prefeitos, realizada em julho, em Brasília. Outra parcela, de mais R\$ 1,5 bilhão, deveria ser encaminhada às prefeituras até abril de 2014. Mas, diante de discordâncias da oposição, o governo federal decidiu retirar o crédito e editou a MP 624/2013, que trata especificamente do pleito dos municípios.

Aprovados R\$ 230 milhões para seguro rural

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de lei (PLN 4/2013, do Executivo) que abre crédito suplementar de R\$ 230 milhões para o pagamento do seguro rural da safra 2013-2014.

O recurso será destinado ao Ministério da Agricultura e vai beneficiar 31 mil produtores rurais em área de 10 milhões de hectares. Segundo o governo, os recursos virão do superávit financeiro de 2012 e foram necessários porque a demanda pelo seguro foi maior que a da safra anterior.

O texto segue agora para o Plenário do Congresso.

(Da Agência Câmara)

Municípios terão R\$ 1,5 bilhão para serviços públicos

A CMO aprovou a MP 624/2013, que destina R\$ 1,5 bilhão para os municípios. A verba deverá ser investida na melhoria da qualidade dos serviços públicos, como saneamento e transporte.

O rateio dos valores será feito conforme o Fundo de Participação dos Municípios.

Em agosto, o governo enviou à Câmara projeto que autoriza o Tesouro a destinar R\$ 3 bilhões, em duas parcelas, para as prefeituras investirem nos serviços públicos. A MP 624 libera a primeira parcela. A segunda ficará para 2014. O texto vai ao Plenário da Câmara. (Da Agência Câmara)

Humberto destaca programa de água do governo

Em discurso no Plenário na terça-feira, o senador Humberto Costa (PT-PE) elogiou o Programa Água para Todos, anunciado pela presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, o programa foi concebido para chegar à casa de todos os brasileiros, sem exceção, com o objetivo de universalizar o acesso à água potável. As populações rurais dispersas, um dos focos do programa, poderão, assim, ter água para consumo próprio, produção de alimentos e criação de animais, ressaltou o parlamentar.

— Água representa saúde, bem-estar e sustentabilidade para investimentos — afirmou.

Voto aberto, combate ao contrabando e eleição do Parlasul no esforço concentrado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários acertaram ontem a pauta para o esforço concentrado, de 16 a 20 de setembro, quando haverá votações de segunda a sexta-feira. Devem ser apreciadas, entre outros itens, a PEC 43/2013, que estabelece voto

aberto em qualquer situação, o PLC 62/2012, que aumenta penas para contrabando, e o PLS 358/2013, que regula as eleições para o Parlamento do Mercosul. Na quinta-feira, será promovida em Plenário sessão temática sobre financiamento da saúde, com o ministro Alexandre Padilha.



Líderes e Renan definem pauta para semana que vem, com votações de 2ª a 6ª

Ministra se diz confiante na manutenção do veto ao fim da multa sobre FGTS

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou ontem estar confiante na manutenção dos vetos presidenciais que serão votados pelo Congresso na terça-feira. Segundo a ministra, o veto mais preocupante, relativo à multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão sem justa causa, tem grandes chances de ser mantido.

— Temos muito trabalho

e muito debate ainda até terça-feira que vem, mas, pelas reuniões feitas com os líderes, estou convencida de que nós temos grandes probabilidades de manutenção dos vetos — disse a ministra.

Segunda-feira, Ideli afirmou que acabar com a multa teria um impacto entre R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,6 bilhões ao ano no Minha Casa, Minha Vida. Atualmente, o dinheiro da multa é usado para subsidiar os contratos do programa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Parlamento do Mercosul

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que estabelece normas para as eleições dos parlamentares do Mercosul.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

9h O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa; às 11h30, recebe o apóstolo César Augusto e o bispo Paulo Sérgio; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Agrotóxico natural

8h30 Na pauta da Comissão de Agricultura, projeto que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

CRE Sabatina de diplomatas

10h Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatinam Afonso José Sena Cardoso, para embaixador do Brasil na Irlanda, e José Roberto de Almeida Pinto, para representante permanente junto à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

CMO Orçamento para 2014

10h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, às 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada perda imediata de mandato de condenado

Proposta teve apoio da quase totalidade dos senadores presentes à sessão, que destacaram em discursos o caráter moralizador da medida, após a decisão da Câmara no caso do deputado Donadon

OS SENADORES APROVARAM na noite de ontem, em primeiro e segundo turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina a perda imediata do mandato de parlamentar condenado, em sentença definitiva, por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública. A regra só valerá para penas superiores a quatro anos. A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a PEC foi aprovada na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM).

A proposta teve apoio maciço dos senadores presentes ao Plenário. Foram 69 votos favoráveis no primeiro turno de votação e 61 no segundo turno. Em ambos os turnos houve apenas um voto contrário, do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), presidente do Conselho de Ética. Segundo ele, ainda que condenado, o parlamentar deve ser ouvido pela Casa da qual é membro.

Eduardo Braga manteve no substitutivo aprovado a mesma ressalva que já havia feito em relação aos crimes de improbidade administrativa. Nesses casos, a extinção imediata dos mandatos só deverá ser declarada quando o Judiciário também estabelecer a pena de perda do cargo, e não apenas

por conta da imposição da suspensão dos direitos políticos do condenado.

Conquista

Durante as votações ontem, mais de 30 senadores manifestaram-se em Plenário favoravelmente à matéria e elogiaram Jarbas pela iniciativa e Braga pelo substitutivo. Vários senadores, inclusive o presidente da Casa, fizeram apelo para que a Câmara aprove a PEC o mais rápido possível.

Para Renan, a aprovação foi uma oportunidade para o Parlamento se redimir da “traumática sessão” da Câmara que inocentou o deputado Natan Donadon (sem partido-RO).

— Não tem nenhum sentido um parlamentar que foi condenado pela última instância do Judiciário continuar a exercer um mandato — disse Renan.

O relator Braga elogiou a iniciativa do colega Jarbas e destacou as contribuições, durante a tramitação da matéria na CCJ, dos colegas Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),

Pedro Taques (PDT-MT), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), entre outros.

Jarbas agradeceu a deferência dos colegas e disse que o texto aprovado é “uma proposta de todo o Senado”. Ele também agradeceu a Renan pelo apoio.

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a “tenacidade de Jarbas” ao proporcionar uma “conquista importante ao Congresso”. Eunício Oliveira (PMDB-CE) classificou a PEC como “moralizadora” e “avanço da democracia brasileira”. Para Randolfe Rodrigues, essa é uma das mais republicanas emendas constitucionais já aprovadas pelo Senado. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a “determinação e clarividência” de Jarbas. Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a aprovação fortalece a democracia brasileira.

Para Kátia Abreu (PSD-TO), a emenda constitucional vai evitar que “outro vexame possa acontecer no Congresso”.



Randolfe foi um dos muitos que cumprimentaram Jarbas (E) pela proposta

Minirreforma eleitoral será votada na próxima semana

A votação da minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) em Plenário foi adiada para o período de esforço concentrado, na próxima semana. Vários senadores pediram mais tempo para a discussão do texto.

Mário Couto (PSDB-PA) argumentou que, na reunião de líderes realizada ontem pela manhã, não tinha sido prevista a colocação da matéria na pauta. Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a votação, depois das 21h30, de “uma reforma do maior significado”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que entendia a importância do tema, mas ressaltou que não havia consenso para a votação.

Jucá respondeu que, na reunião de líderes, havia ficado acertado que o tema seria o último item da pauta de ontem. Eduardo Amorim (PSC-SE) confirmou o acordo, mas concordou que o momento não era oportuno para votação.

Diante da falta de consenso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu transferir a votação, com o exame das 23 emendas apresentadas à minirreforma eleitoral, ressaltando que haverá sessão deliberativa na segunda-feira.

— Não há como empurrar goela abaixo do Senado a esta hora — disse.

Lançada campanha pela candidatura de mulheres

“Mulher, tome partido. Filie-se!” Esse é o lema da campanha lançada ontem pela Coordenadoria de Direitos da Mulher e pelas Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado. O objetivo é aumentar em 20% o número de mulheres filiadas a partidos políticos e em 30% a representação feminina na Câmara e no Senado a partir das eleições do ano que vem.

A campanha conta com o apoio da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A primeira fase terá inserções publicitárias em rádio e televisão de abrangência nacional até o fim do prazo de filiação, 5 de outubro. Depois, a campanha continuará por meio de ações direcionadas a dirigentes partidários, além de um trabalho sistemático de conscientização feminina para participação na política.

— A segunda etapa será até 2015, quando faremos trabalho intensificado nas assembleias e câmaras municipais — disse Vanessa Graziotin (PCdoB), procuradora da Mulher do Senado.

Segundo o último censo, as mulheres somam 51,5% da população (97 milhões), mas são apenas 9% na Câmara e 10% no Senado.



Souza lê o relatório na comissão que tem Vital como presidente e Anibal como vice

Fim do voto secreto reacende disputa entre Câmara e Senado

Divergências sobre voto aberto em todas as decisões do Congresso adiaram para o dia 18 a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Foram apresentadas quatro emendas, todas rejeitadas pelo relator, Sérgio Souza (PMDB-PR). Alguns senadores defendem voto secreto para vetos presidenciais e indicações de autoridades.

A PEC 86/2007, de Alvaro Dias (PSDB-PR), restringe o voto aberto aos processos de perda de mandato parlamentar. Aprovada pelo Senado em 2012, deverá ser votada por uma comissão especial da Câmara na terça-feira, ficando em condições de ser votada pelos deputados em Plenário no dia seguinte.

Alvaro, Eduardo Braga (PMDB-AM) e Eduardo Lopes (PRB-RJ) fizeram apelo à CCJ para aguardar o exame da PEC 86/2007 pela Câmara antes de votar a derrubada geral do voto secreto. A polêmica também reacendeu uma disputa sobre iniciativa das matérias aprovadas no Congresso.

— Aceleramos a votação das propostas que vêm da Câmara, mas a recíproca não é verdadeira. O Senado não pode se transformar em chancelaria da Câmara —

protestou Alvaro Dias.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que já viu um projeto aprovado por unanimidade no Senado ser arquivado na Câmara e depois copiado por um deputado.

— Estou aqui desde 1979 e é sempre isto: a Câmara não deixa o Senado dar a última palavra — denunciou Simon.

Pedro Taques (PDT-MT) engrossou as queixas ao afirmar que os deputados sabiam que os senadores discordavam do voto aberto nas indicações de autoridades, uma tarefa exclusiva do Senado.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) observou que a Câmara só colocou em votação a PEC 43/2013 depois do clamor gerado pela não cassação do mandato do deputado Natan Donadon. E recordou que a CCJ já aprovou por unanimidade, em julho, a PEC 20/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que também acaba com o voto secreto em todas as circunstâncias.

Mesmo depois de acompanhar todas as ponderações, Souza manteve a posição de aprovar o texto da PEC 43/2013 enviado pela Câmara.

— Se nós podemos avançar e já promulgar a PEC na semana que vem, por que vamos esperar mais dois meses? — questionou.

Sérgio Souza cobra ampla reforma política antes de 2018

Sérgio Souza (PMDB-PR) avaliou como positivo o projeto de minirreforma eleitoral, mas observou que o Brasil precisa de uma ampla reforma política. Ele disse esperar que os parlamentares eleitos em 2014 aproveem a reforma política — para ele, uma “longa demanda” da sociedade — até um ano antes das eleições de 2018.

— Precisamos eleger um Congresso motivado a votar a reforma — declarou.

Para Souza, o sistema eleitoral tem sinais de esgotamento e deve-se debater voto distrital e fidelidade partidária, além de impedir que o financiamento de campanha continue sendo “grande indutor de corrupção”.

Eduardo Suplicy assina manifesto em apoio a José Genoíno

Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou solidariedade ao deputado José Genoíno (PT-SP), condenado no processo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele disse que assinou, com mais 4 mil pessoas, manifesto enviado ao Supremo a favor de Genoíno. O texto o descreve como honesto e digno de confiança. Também resalta sua história de luta pela justiça e pela democracia.

— Assinamos o manifesto com muita confiança de que o julgamento leve em conta os elementos de defesa apresentados por Genoíno.

Projeto aprovado modifica lei para assegurar o reconhecimento como segurado a trabalhador rural mesmo quando alguém da família exerce atividade remunerada



Moka (D) preside sessão da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou mudança na lei dos benefícios da Previdência

Aprovada garantia de seguridade a agricultores

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei (PLS 263/2013) da senadora Ana Amélia (PP-RS) que garante ao cônjuge ou companheiro a continuidade na condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 anos exercerem atividade remunerada permanente ou por período superior a 120 dias. A decisão é em caráter final.

A relatora da matéria na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), ressaltou que a legislação previdenciária não exige que todos os membros da família trabalhem na atividade rural para que seja reconhecida a condição de segurado especial.

Apesar de não haver tal exigência, observou Ana Amélia, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), segundo relatos que a parlamentar recebe de cidadãos

do interior do Rio Grande do Sul, tem indeferido “uma enxurrada” de benefícios para as mulheres agricultoras, porque os maridos ou companheiros delas exercem atividade remunerada.

Segurados especiais são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada permanente e em imóvel rural de até quatro módulos fiscais de área.

Fim da produção de remédio deve ser informada na embalagem

Os laboratórios terão de informar na embalagem, seis meses antes, que o medicamento deixará de ser fabricado, segundo o projeto (PLS 241/2012) aprovado ontem, em decisão final, pela CAS.

A intenção, segundo o autor do texto, senador Jorge Viana (PT-AC), é diminuir o transtorno para o consumidor causado pela saída repentina do mercado de remédios de uso contínuo.

Projeto proíbe venda de cigarros em mercados e postos de gasolina

Postos de gasolina, locais de venda ou consumo de alimentos, supermercados, lojas de conveniência e bancas de jornal poderão ser proibidos de vender produtos de tabaco. É o que prevê projeto

aprovado (PLS 139/2012) ontem pela CAS.

Para o autor do texto, Paulo Davim (PV-RN), é importante restringir os locais de oferta de produtos de fumo para dificultar o consumo.

Debate sobre distorções em fórmula de suplemento alimentar

A CAS vai debater denúncias de distorções nas fórmulas de suplementos alimentares e a utilização desses produtos por atletas. O requerimento da audiência foi de Cícero Lucena (PSDB-PB).

O senador destacou denúncia da imprensa de que haveria distorções entre o produto vendido e o que é descrito nas embalagens: 53% dos suplementos estariam fora dos parâmetros dos rótulos.

Comissão adia votação de relatório sobre recursos da saúde

Foi adiada, mais uma vez, a apresentação do relatório da comissão destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde no Brasil. O adiamento da apresentação, que seria feita ontem, se deu após apelo do líder do PT, Wellington Dias (PT-PI), ao relator da comissão, Humberto Costa (PT-PE). A intenção do governo é apresentar uma proposta que possa ser acolhida pelo relator.

Segundo Wellington, o governo já cedeu em um ponto importante da discussão: a fixação de um percentual mínimo das receitas para aplicação na área de saúde.

— A decisão política está tomada, agora é a decisão sob o aspecto financeiro —

afirmou o líder do PT no Senado, ao informar que o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), se reunirá com ministros para definir a questão.

O percentual mínimo defendido por Humberto é de 10% da receita corrente bruta (RCB) anual. Atualmente, o governo aplica cerca de 6,5%. O caminho defendido pelo senador é empenhar 18,5% da receita corrente líquida (RCL), valor equivalente aos 10% da RCB. Segundo Wellington, o governo tende a aceitar um percentual de 15% da RCL.

Humberto lembrou que procura dialogar com o governo sobre a questão há dois meses, mas afirmou não ser possível esperar indefinidamente.



Humberto Costa espera definição do governo sobre percentual de aplicação

O relator indicou que aceitaria o percentual mínimo de 15% da RCL, mas fez um apelo para que o governo defina os termos da proposta, o que facilitaria um entendimento e a votação do relatório.

— Se a proposta do governo for essa que o senhor relatou, ela é perfeitamente

conversável — afirmou o relator, que salientou não ter recebido a proposta formal.

Após a reunião, em pronunciamento no Plenário, Humberto argumentou que o investimento em saúde cresceu, proporcionalmente, menos que o de áreas como educação e assistência social.

Senado discutirá financiamento em sessão temática

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que o Senado fará em 19 de setembro sessão temática para debater o financiamento da área da saúde. A discussão no Plenário do Senado seguirá o exemplo da sessão de 29 de agosto, dedicada à reforma política.

A sessão temática integra o esforço concentrado da Casa que ocorrerá entre 16 e 20 de setembro e cujo calendário de atividades foi definido ontem em reunião de líderes.

Wellington Dias comemora sucesso do Mais Médicos



Wellington Dias (PT-PI) disse que o Programa Mais Médicos já é um sucesso e conseguirá cumprir o objetivo de levar serviços de saúde às regiões mais pobres do país. Ele comemorou a chegada de médicos estrangeiros, notadamente os cubanos.

— A presença desses profissionais vai ampliar o atendimento na atenção básica no Sistema Único de Saúde.

Jarbas critica governo por usar MP para implantar programa

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) observou que ninguém ficará contra o Programa Mais Médicos, porque ninguém fica contra algo que é para o bem das pessoas. Considera, porém, inaceitável a “postura autoritária do governo federal, que, em vez de mandar a proposta por meio de um projeto de lei, optou por uma medida provisória”. Assim, afirmou, a proposta já se encontra em vigência enquanto é discutida.

— Essa prática absolutista combina mais com o Estado Novo ou a ditadura militar.

Inácio lamenta que país não forme médicos para atender demanda



Ao manifestar apoio à MP 621/2013, que criou o Mais Médicos, Inácio Arruda (PCdoB-CE) apontou como “uma falha das elites brasileiras” a incapacidade de formar médicos para atender a demanda da população.

— O vexame nacional não é que venham médicos estrangeiros. É o Brasil não ter formado profissionais para responder às necessidades.

Jayme Campos pede mais atenção para doentes renais crônicos

Em discurso ontem, Jayme Campos (DEM-MT) pediu mais atenção e empenho dos governantes para a dura realidade vivida pelos mais de 10 milhões de brasileiros doentes renais crônicos.

Jayme informou que, em 2012, havia 98 mil brasileiros dependentes de hemodiálise. Para ele, o governo tem falhado na atenção a essas pessoas, muitas delas de baixa renda. O senador comunicou que está elaborando projeto para a criação de uma política nacional de atendimento ao paciente renal.

Paim: alienação parental é um ato quase criminoso

Paulo Paim (PT-RS) criticou a prática da alienação parental — quando a mãe ou o pai induz a criança a romper laços afetivos com o outro. Segundo ele, a prática traz consequências irreparáveis para os filhos, que são privados do direito fundamental de uma convivência familiar saudável.

— Não existe violência maior do que a psicológica. Esse filho crescerá incompleto, com a mesma dificuldade de superar críticas e desafios.

Paim presidiu nesta semana debate sobre o tema na CDH.

Emenda adia segundo turno da PEC da Música

Apreciação da proposta que quer baratear CDs e DVDs de artistas brasileiros teve forte oposição dos senadores do Amazonas, que viram risco à indústria do estado

PROPOSTA DE EMENDA à Constituição que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros (PEC 123/2011) foi aprovada ontem em primeiro turno pelo Plenário do Senado. O texto foi aprovado com 50 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção. A proposta ainda precisa ser aprovada em segundo turno de votação com um mínimo de 49 votos.

Conhecida por PEC da Música, o objetivo é reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas. A iniciativa livra de impostos CDs e DVDs produzidos no Brasil “contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e (ou) obras em geral interpretadas por artistas brasileiros”. O benefício, no entanto, não alcança o processo de replicação industrial, que continuará a ser tributado.

A matéria gerou polêmica entre os senadores do Amazonas, que viram ameaça à indústria



Rosemary, Falcão, Digão (D) e outros artistas estiveram no Plenário durante a votação da PEC de incentivo à música nacional

fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus. Como a isenção se aplica à produção de CDs e DVDs em todas as regiões do país, os senadores argumentam que a proposta poderia diminuir a diferença de tratamento tributário que hoje favorece o polo.

— Se nós não discutirmos a preservação dos empregos da Zona Franca de Manaus, o Partido da República vai judicializar essa questão —

destacou o senador Alfredo Nascimento (PR-AM).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a proposta não diminuirá a pirataria, já que o peso do imposto embutido no CD representa cerca de 20% do custo.

Emenda

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) apresentou emenda em Plenário, na terça-feira, sugerindo que os

benefícios previstos também fossem estendidos aos espetáculos musicais e teatrais. Se a emenda fosse aprovada, como queriam os senadores do Amazonas, a proposta teria que voltar para a Câmara. A emenda, no entanto, foi rejeitada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A rejeição da emenda na CCJ, que foi feita na ausência de Braga, revoltou os senadores do Amazonas. Vanessa Grazziotin

afirmou que houve uma inversão de pauta na comissão com o intuito de votar a emenda sem a presença de Braga e reapresentou a proposta para ser novamente analisada em Plenário. A emenda de Vanessa teve parecer favorável do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), e será votada em outra sessão de discussão.

Os três senadores do Amazonas também recorreram ao Regimento Interno do Senado e apresentaram questões de ordem pedindo que a matéria não fosse votada ontem. Argumentaram que as propostas de emenda à Constituição precisam de cinco sessões deliberativas de discussão antes de serem votadas e a sessão de ontem seria a terceira.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o Plenário já havia aprovado calendário especial na terça-feira para agilizar a votação final, o que dispensaria a realização das cinco sessões de discussão.

Mudança viabiliza mercado fonográfico, dizem Fagner e Falcão

Os cantores e compositores Raimundo Fagner e Falcão foram dois dos artistas que compareceram ao Senado para defender a aprovação da PEC da Música.

Fagner disse que a isenção é importante para produzir e estimular a criatividade:

— É preciso fazer com que o povo compre produtos mais baratos — afirmou.

O cantor disse que não se pode cobrar um preço altíssimo de um produto que concorre com as novas mídias e a pirataria. Ele ressaltou que “o mercado mudou”.

Para Falcão, a retirada de impostos dará ao público mais chance de consumir música brasileira legalmente.

— À medida que os preços ficarem quase iguais aos dos

produtos piratas, ficará interessante para o consumidor comprar o CD oficial, que vem, por exemplo, com o encarte e as fotos dos artistas, itens que não vêm com os CDs piratas.

Ex-atletas querem democratizar gestão esportiva

Uma comissão de ex-atletas esteve ontem no Senado para defender a rápida aprovação da MP 620/2013, aprovada pela Câmara. Depois de ser recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o grupo, liderado pelos ex-atletas Raí, Mauro Silva, Hortência, Ana Moser e Giovane, visitou o Plenário e pediu aos senadores a manutenção de dispositivos que proíbem seguidas reeleições de dirigentes de federações e confederações esportivas. A medida também

impõe exigências de transparência e gestão para que as entidades recebam recursos públicos.

A relatora da MP, Ana Rita (PT-ES), disse que o objetivo é democratizar a aplicação dos recursos públicos e a administração das instituições esportivas.

— Quanto mais cedo essa medida for votada, melhor — disse a relatora, frisando que ela trata de “outros temas tão importantes quanto o esporte”.

Editada para garantir verbas

ao Programa Minha Casa Melhor, que concede crédito para financiamento de eletrodomésticos, a MP recebeu alterações na comissão mista. O texto que chega ao Senado também inclui regras para a certificação de entidades filantrópicas nas áreas de saúde, assistência social e educação.

— Tenho a convicção de que poderemos apreciá-la logo, [talvez] em pauta na terça-feira que vem — disse Eduardo Suplicy (PT-SP), em resposta aos ex-atletas.

Taques volta a cobrar rapidez nas obras da Copa em Mato Grosso

Em discurso, Pedro Taques (PDT-MT) disse terça-feira que é preciso questionar se há como evitar um vexame internacional na Copa do Mundo de 2014. O senador se referia aos atrasos nas obras em Mato Grosso, que vêm sendo denunciados por ele há meses. Segundo Taques, um novo relatório do tribunal de contas do estado, divulgado na última semana, mostra atraso em 19 obras da Copa.

O relatório aponta que, dos 26 projetos analisados, 8 apresentaram atraso de até 2 meses, 7 estão com atraso entre 2 e 6 meses, e 4 têm atraso superior a 6 meses. Taques disse que os problemas incluem falta de planejamento e de projetos e deficiência de fiscalização das obras e dos contratos.

Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) elogiou o pronunciamento do colega.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Exposição fotográfica mostra importância da água no Cerrado

Foi aberta na noite de ontem, na Biblioteca do Senado, a exposição fotográfica *Cerrado Vivo*. A mostra, com o tema “Águas do Cerrado: fonte de vida para o Brasil”, foi organizada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) em parceria com a Embrapa Cerrados (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Todas as imagens são de empregados da empresa selecionadas em concurso interno. Em 11 de setembro, comemora-se o Dia Nacional do Cerrado.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que representou na abertura o presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), ressaltou a importância do Cerrado — que possui espécies vegetais adaptadas à estiagem —, especialmente em um cenário de mudanças climáticas. Ele elogiou a Embrapa por desenvolver tecnologias que permitiram o crescimento da produção de alimentos no Cerrado sem aumentar a área plantada. A exposição ficará aberta até o dia 20, das 9h às 14h.



Ana Rita (E) e Suplicy (D) receberam em Plenário ex-atletas, entre eles, Raí, Hortência, Giovane e Carmem de Oliveira

Alterações da Câmara ao texto original do Senado estabelecem limites mínimos populacionais e respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal

Seguem ao Plenário novas regras para criação de municípios

AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS do país vão recuperar a condição de examinar a criação de novos municípios, suspensa há 17 anos, se o Plenário confirmar o substitutivo (SDC 98/2002) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue com pedido de urgência.

Como reação à excessiva multiplicação de municípios, o Congresso aprovou em 1996 a Emenda Constitucional 15. O PLS 98/2002 — Complementar, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que recebeu substitutivo na Câmara, pretende regular essa emenda.

O relator na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), concordou com todas as alterações e acréscimos da Câmara, exceto a hipótese de plebiscitos para a instalação de municípios em áreas da União, suas autarquias e fundações. Raupp pretendia rejeitar também a elevação, de 10% para 20%, da quantidade mínima de eleitores residentes na área, em apoio ao requerimento inicial. Após apelos de colegas da CCJ, ele concordou em retornar aos 20%. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) enfatizou que a regra mais restritiva reflete aspiração da sociedade.

A Câmara alterou os limites populacionais mínimos para a criação de municípios. Enquanto o Senado propôs 5 mil habitantes para Norte



Diante de Waldemir Moka e Antonio Carlos Rodrigues, Mozarildo pede a aprovação do substitutivo ao projeto dele

e Centro-Oeste, 7 mil para Nordeste e 10 mil para Sul e Sudeste, a Câmara propôs um cálculo com base na população municipal média do país.

Sobre o mínimo de imóveis no núcleo urbano, o Senado exigia nos novos municípios mais imóveis que nos municípios que representem os 10% menores do estado. A Câmara passou a exigir imóveis que abriguem pelo menos 20% das famílias do núcleo urbano.

Foi eliminada pela Câmara a condição feita pelo Senado de que a arrecadação estimada do novo município seja superior à dos municípios entre os 10% que menos arrecadam no estado. Mas os deputados introduziram um dispositivo que exige a comprovação de que o novo município seja capaz de cumprir as exigências da Lei

de Responsabilidade Fiscal.

Quando à viabilidade socioambiental, o texto da Câmara exige critérios de descrição dos limites territoriais, diagnóstico da situação de continuidade da mancha de ocupação urbana e a dependência funcional

entre os núcleos urbanos.

Os deputados inseriram também providências para a prefeitura e a câmara municipal após a posse dos mandatários, além de indenização ao município de origem pelas dívidas para investimentos no território.

Autor espera aprovação imediata do substitutivo

Autor do texto original, Mozarildo disse esperar a aprovação imediata, no Plenário do Senado, do substitutivo da Câmara. Ele explicou que a proposta visa moralizar a criação de municípios ao tornar mais rígidas as regras.

Uma das exigências para criação, fusão, incorporação e desmembramento

de municípios é o estudo de viabilidade municipal, com estimativas de receita, de arrecadação própria, de transferências estaduais e federais e de despesas e resultado primário com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na aplicação dos mínimos constitucionais em educação e saúde.

Senadores discutirão pacto federativo com Mantega



Indefinição sobre ICMS e dívidas cria insegurança, ressalta Lindbergh

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverão discutir com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, temas do pacto federativo que se encontram pendentes, como a reforma do ICMS, o fim da guerra fiscal e a troca do indexador da dívida dos estados. O presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), informou que está mantendo contato com o ministro para agendar o encontro, que,

conforme o parlamentar, visa levar ao governo o sentimento dominante no Senado sobre a questão.

Lindbergh lembrou que a reforma do ICMS, prevista em projeto de resolução do Senado (PRS 1/2013), já foi aprovada pela comissão, mas depende da votação em Plenário. Disputas entre os estados quanto à fixação das alíquotas interestaduais e a oposição do governo a algumas alterações

feitas impedem a votação final da matéria. O parlamentar observou que houve avanços na busca de entendimentos entre os estados, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Na avaliação de Lindbergh, a indefinição sobre a reforma do ICMS e sobre soluções para as dívidas estaduais tem prejudicado os investimentos e criado um clima de insegurança nos estados.

Flexa cobra promessas não cumpridas pelo governo federal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que “nos últimos dez anos o Brasil foi governado por um partido que tem na propaganda e no marketing a sua essência”. Ele deu como exemplo a entrega de 12 das 500 unidades de pronto atendimento anunciadas e de 60 das 6 mil creches.

— Os lançamentos são midiáticos. Não aparecem em benefício da sociedade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Endividamento de Sergipe preocupa, diz Eduardo Amorim

Em pronunciamento na terça-feira, Eduardo Amorim (PSC-SE) demonstrou preocupação com o crescimento da dívida do estado de Sergipe. Segundo o senador, entre 2008 e 2012 a dívida consolidada líquida anual aumentou 200%. A dívida pública do estado é de quase R\$ 4 bilhões, disse. Para ele, uma das causas é a máquina pública inchada.



Eduardo Amorim/Agência Senado

Walter Pinheiro quer retomada de votação sobre guerra fiscal

Walter Pinheiro (PT-BA) disse em discurso na terça-feira que cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, a continuidade da votação das matérias que tratam da guerra fiscal — em sua avaliação, disputa “nefasta” que não permite o desenvolvimento igualitário das regiões do país. O senador destacou também a importância de outras propostas em pauta no Senado, como a minirreforma eleitoral.



Walter Pinheiro/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Petrobras descarta instalar planta de gás natural no Centro-Oeste

Estatual diz que empreendimento não é viável economicamente. Senadores alertam para risco do transporte rodoviário do gás de cozinha

A INSTALAÇÃO DE uma unidade de processamento de gás natural na Região Centro-Oeste está fora dos planos da Petrobras. Estudos de viabilidade econômica apontaram ser inviável o empreendimento, segundo o diretor de Gás e Energia da petrolífera, José Alcides Santoro Martins, que participou ontem de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

A informação frustrou os senadores, que cobraram da empresa a instalação de uma planta na região. Eles alegam que 600 quilômetros do gasoduto Bolívia-Brasil cortam Mato Grosso do Sul sem que haja qualquer tipo de aproveitamento local do produto. A instalação de uma unidade separadora também permitiria a exploração de metano, etano, propano, butano, entre outros elementos presentes no gás.

— Fico decepcionado com a postura da Petrobras, que parece ter comportamento esquizofrênico. Apresenta-se como estatal quando lhe interessa e, quando não é o caso, alega ter de respeitar interesses dos acionistas privados — afirmou Ruben Figueiró (PSDB-MS).

O diretor da Petrobras garantiu que os dados de taxa



Martins, da Petrobras, senadores Antonio Carlos Valadares e Figueiró, e Zahran, da Copagaz: debate sobre logística do gás

de retorno e os valores de investimento mostram não ser viável o empreendimento.

— Sinto frustrar as expectativas, mas não é viável economicamente. A Petrobras tem que elaborar os projetos com economicidade, sob o risco de não serem aprovados — explicou Martins.

Segundo o executivo, Mato Grosso do Sul é um estado importante para a Petrobras, que está investindo numa unidade de fertilizantes nitrogenados na cidade de Três Lagoas, região leste do estado, onde haverá produção de ureia e amônia para atender a demanda nacional. Em 2012, o Brasil importou cerca de 73% dos fertilizantes nitrogenados consumidos, usados

principalmente nas culturas de cana, milho, algodão e café.

Transporte

Os custos e os riscos do transporte rodoviário do GLP (gás de cozinha) de São Paulo até o Centro-Oeste preocupam os senadores. Delcídio do Amaral (PT-MS) lembrou que a produção de GLP no Centro-Oeste é inexistente e chega tudo de caminhão, o que é perigoso:

— Precisamos buscar uma alternativa. Seja por uma planta separadora de gás, pela busca de novas jazidas ou por meio de dutos. Precisamos acabar urgentemente com esse “trança-trança” de caminhões pelas estradas. O perigo é grande e o custo aumenta muito.

O presidente da Copagaz,

Ueze Zahran, disse que o GLP é o derivado do petróleo mais perigoso que existe e já matou milhares de pessoas no Brasil.

— Se um quilo de gás vazando de um botijão mata uma família inteira e destrói uma casa, imagina 30 toneladas escapando de um caminhão? O transporte de gás no Brasil sempre me apavorou — disse.

O diretor da Petrobras admitiu não ter ainda uma solução para o transporte do GLP, mas propôs receber parlamentares, empresários e representantes da Liquigás, subsidiária da Petrobras que distribui GLP. A iniciativa agradou Figueiró:

— A Petrobras estendeu a mão à iniciativa privada e deve tentar uma solução que atenda os interesses do Centro-Oeste.

Ministro expressa apoio à exploração de potássio

Os senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ganharam o apoio do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, na defesa da exploração de potássio nas reservas existentes no Brasil, principalmente no Amazonas. O assunto,

debatido terça-feira em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre a exploração de minérios no Amazonas, foi levado ao ministro após o debate.

O potássio é usado principalmente como fertilizante agrícola e depende de

importação: o Brasil compra de outros países 92% das cerca de 5 milhões de toneladas que consome por ano. Estudos revelam, no entanto, que há potássio no Amazonas em quantidade suficiente para livrar o Brasil de importações.

De acordo com Maggi,

Lobão afirmou que o governo brasileiro tem interesse na exploração.

“Não podemos ficar o resto da vida dependentes deles [outros países], temos que produzir internamente”, afirmou Lobão, segundo o relato dos senadores.

Nordeste pode perder armazéns da Conab, alerta Cássio



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou ontem que a Região Nordeste corre o risco de perder várias

unidades de armazenamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A razão do fechamento é a falta de repasse do governo de um valor de R\$ 16 milhões, disse. O senador lembrou a crise causada pela seca na região e pediu que o Senado “clame” pela efetivação do repasse de recursos, o que impediria o fechamento dos armazéns.

Paulo Bauer pede simplificação tributária no país



Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu ontem no Plenário a simplificação do sistema tributário brasileiro como

forma de desobstruir o crescimento econômico do país.

Na avaliação de Bauer, o governo federal dá sinais de que não pretende enfrentar o desafio do crescimento econômico e prefere continuar apostando no incentivo do consumo e na exportação de commodities, “sem dar a devida atenção aos indícios de esgotamento desse modelo”.

Jayme faz críticas à ampliação de terras indígenas



Jayme Campos (DEM-MT) fez alerta em Plenário na terça-feira sobre a disposição do governo de ampliar a demarcação de terras indígenas

no país. Segundo ele, o “furor demarcatório” não atende as necessidades dos povos indígenas nem protege os produtores rurais que ocupam áreas atualmente em conflito.

O senador criticou a Portaria 2.969 do Ministério da Justiça, publicada neste mês, que trata do aumento da demarcação de terras indígenas no Brasil.

Ângela quer CPI em Roraima para investigar grilagem



Assim como os agricultores que ocupam há mais de 20 dias a Assembleia Legislativa de Roraima, a senadora Ângela

Portela (PT-RR) defende a criação de uma comissão parlamentar de inquérito naquela Casa legislativa para apurar as denúncias de irregularidades na emissão de títulos de terras.

— Paira uma nuvem de suspeitas sobre o processo de regularização fundiária conduzido pelo governo do meu estado. As acusações são de grilagem de terras — declarou.

Adiada votação de relatório da MP sobre Valec e BNDES

A reunião de ontem da comissão mista de análise da MP 618/2013 foi adiada devido a pedido de vista do senador José Pimentel (PT-CE). A MP estabelece uma série de medidas financeiras para permitir o financiamento de obras de infraestrutura. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou ontem o parecer, sem alterações em relação ao texto publicado na terça-feira.

Pimentel explicou que o pedido de adiamento é para permitir que o relator complemente o voto e inclua no texto a renegociação de dívidas de produtores rurais. Segundo Pimentel, o governo concorda com a inclusão.

— Há mutuários do setor rural que pagam em dia suas obrigações, mas os juros são muito maiores que os atuais — afirmou o senador.

No projeto de lei de conversão à MP que apresentou, Raupp promoveu uma alteração em relação ao texto original: revogou a necessidade de autorização do poder concedente para que emissoras de radiodifusão modifiquem o quadro diretivo.

A discussão da MP será retomada na terça-feira, às 11h30. (Da Agência Câmara)



Relator da MP 618, Raupp apresentou apenas uma mudança

Rolleberg cobra proteção para o Cerrado



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse ontem ser inadmissível que em pleno século 21 o Cerrado ainda não esteja reconhecido na Constituição como patrimônio nacional, como são Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e zona costeira, entre outros.

Rolleberg também manifestou preocupação com projetos que reduzem direitos das populações indígenas e põem em risco um bioma estratégico como o Cerrado, que já foi 50% desmatado.

Debate na Comissão de Educação, que contou com a participação de três senadores paraguaios, evidenciou dificuldades enfrentadas por pesquisadores brasileiros que fazem pós-graduação fora do país



Paulo Paim (3º à dir.) preside audiência Comissão de Educação que abordou a revalidação de diplomas estrangeiros

“Validação de diplomas do Mercosul ainda é morosa”

ORECONHECIMENTO IMEDIATO, em todos os países do Mercosul, de diploma de pós-graduação obtido em qualquer país do bloco, para o exercício de atividades de docência e pesquisa, foi defendido em audiência ontem da Comissão de Educação (CE).

Apesar de o procedimento constar de acordo aprovado pelo bloco em 1991, ratificado pelo governo brasileiro pelo Decreto 5.518/2005, a validação desses títulos no Brasil ainda é lenta, podendo levar até dez anos, conforme relato de participantes do debate.

Além de implementar o acordo, o governo precisa agilizar o processo de validação de diplomas de pós-graduação obtidos em outros países, na opinião de Vicente Celestino de França, presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. Conforme informou, mais de 20 mil

estudantes brasileiros estão cursando mestrado ou doutorado no exterior.

Sérgio Kieling Franco, representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), reconheceu a morosidade na validação de diplomas. Ele ponderou, no entanto, que é preciso agilizar o processo sem comprometer a qualidade da formação acadêmica.

Conforme observou, a busca desse equilíbrio às vezes esbarra em critérios adotados de forma equivocada por algumas universidades brasileiras, que, em vez de validar o curso realizado pelo estudante, buscam avaliar o estudante.

— A questão é assegurar que esse diploma seja oriundo de curso de qualidade, pois a aprovação o aluno já obteve — afirmou.

Reconhecimento

Para acabar com a demora na validação sem comprometer

a qualidade da formação, Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe que o governo federal desenvolva um processo de reconhecimento de cursos superiores no exterior. Para diplomas obtidos nesses cursos reconhecidos, a validação passaria a ser automática.

Na opinião de Priscila Candido, coordenadora-geral de Legislação e Normas da Educação Superior, do Ministério da Educação, a medida seria de difícil operacionalização, pois vai requerer a elaboração de critérios e metodologia para o reconhecimento de cursos em outros países.

Já Sérgio Kieling vê a possibilidade de utilização de processos já existentes. Como exemplo, o representante do CNE citou o sistema Arcus-Sul, adotado pelos países do Mercosul para atribuir selo de qualidade a cursos superiores dos países do bloco, conforme critérios regionais.

Parlasul examinará adiamento de eleições diretas

As eleições diretas para a escolha dos integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), antes previstas para 2014, poderão ocorrer apenas em 2018. O adiamento ocorrerá caso o Plenário do órgão legislativo regional decida estender por mais quatro ou seis anos, em sessão prevista para o dia 11 de novembro, a atual etapa de transição para a implantação do Parlamento.

O presidente da Representação Brasileira, deputado Newton Lima (PT-SP), apresentou ontem ao colegiado um relato de reunião da Mesa Diretora do Parlasul ocorrida segunda-feira. Segundo Lima, a ampliação do período de transição poderá ocorrer pela dificuldade dos países-membros de eleger os representantes até o final de 2014

Escolha de representantes terá regime de urgência

Durante a sessão deliberativa de terça-feira, foi aprovado requerimento de urgência para o projeto de lei do Senado (PLS 358/2013) que estabelece normas para a eleição dos representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Com a aprovação, o projeto entrará na pauta de votações do Plenário a partir de hoje.

De acordo com a proposta, de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), o Brasil terá 74 representantes no Parlasul, que terão as mesmas prerrogativas e remuneração de um deputado federal. Os representantes no Parlasul terão mandato de quatro anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa se solidariza a presos cubanos nos EUA

Em discurso no Plenário ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou solidariedade



Waldemir Barreto/Agência Senado

a cinco cubanos presos nos Estados Unidos condenados por espionagem. Ao apontar um laço amarelo que estava usando na roupa, como símbolo da luta pela liberdade dos cubanos, a senadora informou que 12 de setembro marca o aniversário de 15 anos da prisão dos condenados.

— O caso é de extrema gravidade e toca nos direitos humanos — disse Vanessa, que é coordenadora do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba.

Ela disse que os processos contra os cubanos são “eivados de irregularidades”.

Senadores cobram clareza no valor de passagens aéreas

Tarifas diferentes e altos preços das passagens aéreas foram reclamações na audiência feita ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). Os senadores enfatizaram que é preciso esclarecer, para os consumidores, os critérios do valor de cada passagem.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o fato de alguns passageiros pagarem R\$ 200 pela passagem e outros, no mesmo voo, terem que desembolsar R\$ 2 mil.

— Quando é véspera de algo importante, a passagem quadruplica, mesmo com dois meses de antecedência.

Segundo Sérgio Petecão (PSD-AC), que presidiu a sessão, os preços são um problema ainda maior no Norte. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também cobraram transparência.

O diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira das

Empresas Aéreas (Abear), Ronaldo Jenkins, alegou que a carga tributária e o preço dos combustíveis dificultam a redução das tarifas. Ele acrescentou que a situação se complicou com a valorização do dólar.

— A única rentabilidade que a empresa tem é a tarifa.

Jenkins reforçou que as empresas estimulam as compras programadas, feitas com antecedência por preço menor. Além da redução do preço do querosene de aviação, as empresas reivindicam isenção das tarifas aeroportuárias e a desoneração de PIS-Cofins.

O número de passageiros pode dobrar para 200 milhões em 2020, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Mas Jenkins disse que o setor tem acumulado prejuízo (R\$ 1 bilhão só no ano passado), reagindo com reajuste de tarifas, demissões e redução do número de voos.



Petecão (C) conduz a sessão com Silveira, Candez Neto, Pellegrino e Jenkins

Novas rotas podem reduzir tempo de voo e consumo

O redesenho das rotas, no fim do ano, permitirá redução no tempo de voo e economia de combustível, na avaliação do brigadeiro do ar José Alves Candez Neto, chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Ele apresentou o novo sistema de orientação usado no Brasil, Navegação Baseada em Performance. As operações foram iniciadas em 2010 e a expectativa é que, em dezembro,

comece a funcionar nos deslocamentos entre os principais aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro. As aeronaves voarão guiadas por satélite e não mais por linhas de radares no solo, o que muitas vezes provoca curvas que deixam a viagem mais longa.

Também participaram da audiência Carlos Eduardo Pellegrino, diretor da Anac, e Carlos Eduardo Fernandez Silveira, gerente do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Projeto busca mais transparência em concessão de serviços públicos

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto que obriga as concessionárias de serviços públicos a divulgar periodicamente demonstrações financeiras com as determinações das sociedades anônimas. Segundo ele, não há parâmetros hoje.

O senador propõe, no texto,



Waldemir Barreto/Agência Senado

que as concessionárias sejam obrigadas a apresentar balanço patrimonial e outros documentos contábeis.

— Os cidadãos têm direito à transparência na gestão dos recursos públicos também nessa área, tradicionalmente obscura em nosso país — disse Casildo.